



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Ivo Mendça

Secretário: Exmo. Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 13 horas e 40 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2018, vendo o orçamento do Ministério

da Saúde. Fizeram uso da palavra, a Sra. Ministra da Saúde (Maria de Jesus Trovoada) e os Srs. Deputados Adilson Managem (ADI), Mário Rainho (ADI) e Esmael Espírito Santo (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Ministros e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 13 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim Salvador Afonso

Mário Fernando de Jesus Rainho

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Partido da Convergência Democrática (PCD):

Jorge Coreia

O Sr. **Presidente**: — Sra. Ministra da Saúde, muito boa tarde e seja bem-vinda.

Gostaríamos de pedir à Sra. Ministra que fizesse uma breve abordagem do orçamento do Ministério que dirige.

A Sra. **Ministra da Saúde** (Maria de Jesus Trovoada): — Sr. Presidente, olha, eu dei conta de que troquei as pastas e não trouxe a que contem as informações. Tenho ali as percentagens. Já tinha estado cá, depois voltei para os serviços e trouxe uma pasta errada e não tenho aqui informações nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Ministra pode fazer uma abordagem geral.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — O nosso Ministério é um ministério que joga com as questões de saúde. É um Ministério que tem vários sectores, tem áreas distritais, temos áreas com internamento e outras áreas que não têm internamento, temos o hospital. Como sabemos, a saúde é o bem mais precioso que temos, e em relação a este OGE o que fizemos foi priorizar uma série de projectos que nos levasse a proporcionar uma melhor saúde aos cidadãos. Obviamente que, atendendo às circunstâncias, não é o orçamento que eu gostaria de ter para o meu Ministério, porque nós, enquanto governantes, enquanto cidadãos também, porque temos ao cargo a vida das pessoas e almejamos sempre o melhor. Obviamente, o melhor implica também muito mais valores elevados, para se poder responder a tudo. Mas o que eu quero dizer aqui é que este orçamento prioriza o que é mais relevante, o que sabemos que podemos executar.

Sabemos que somos um país que depende de ajudas externas e o que priorizamos são uma série de actividades que sabemos à partida que vão ser executadas.

É isto que eu tenho a dizer em relação a este orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra.

Srs. Deputados, há alguma pergunta?

Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Managem, para uma intervenção.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, Caros Deputados.

Sra. Ministra, na última sessão plenária, a Sra. Deputada Beatriz fez alusão a uma situação que tem estado a acontecer na Área de Saúde de Caué. Diz que recentemente o edifício sofreu uma reabilitação, mas o Estado deixa muito a desejar. Segundo ela, quando cai a chuva, os pacientes molham nos quartos. Não sei o que é que o Ministério tem em mente para melhorar esta situação ou que o Ministério tem feito junto à empresa que empreitou a obra, para melhorar essa situação.

Obrigado.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Eu agradeço a preocupação da Sra. Deputada. Obviamente é um contributo valioso ter cidadãos preocupados e atentos a estas questões.

Há coisas que infelizmente nem o Governo nem ninguém podem alterar. É um distrito que chove imenso, a natureza tem destas coisas, por isso infelizmente, atendendo a determinadas construções, devem tomar os aspectos ambientais de determinadas localidades. Já foi feito um levantamento e prevê-se, portanto, a reabilitação do que realmente foi destruído, não pelas chuvas. É uma questão de superação.

O tecto caiu, são coisas que nos ultrapassam, só nos resta fazermos o que podemos fazer, repor a situação, porque obviamente não queremos que os doentes acordem, já com problemas de saúde, fiquem

ainda mais debilitados, obviamente. Portanto, assim que chegou ao nosso conhecimento, partiu para Caué uma equipa que já fez o levantamento e julgo que na Segunda-feira vai já começar a obra de reabilitação e a correcção do que foi feito. Sabemos como é que são os nossos empreiteiros, não é? Acredito que as obras todas devem obedecer determinadas situações atmosféricas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Ministra, realmente era essa uma das preocupações que eu ia levantar. Agradeço ao Deputado Adilson Managem, por me ter antecedido.

Ao mesmo tempo gostaria de felicitar a Sra. Ministra, porque Caué foi beneficiado com uma ambulância nova. Entretanto, quero levantar outra questão. Em Porto Alegre, já temos uma viatura do Ministério da Saúde, que tem estado a trabalhar de ambulância, em casos de emergência. Portanto, a viatura já lá está, há cerca de um ano e meio, aproximadamente, ou um pouco mais. Tem um motorista que desempenha o papel de socorrista que, entretanto, até agora, não tem sido remunerado. Eu não sei se esse orçamento engloba este caso. Certamente deve haver mais casos pendentes, portanto, seria bom se desse uma atenção a isso, Sra. Ministra. E o caso do hospital de Angolares é um caso realmente crítico. É verdade que isso não está cá no orçamento, porque é uma obra já concluída e, portanto, não podia estar cá. Entretanto, era bom que fosse ver a questão de garantia. Qualquer tipo de obra, geralmente, tem uma garantia de x tempo e, em função disso, a construtora deve assumir a sua parte.

Era bom ver essa questão e evitar despesas com o Estado e imputar responsabilidade à construtora.

É nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Saúde, para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Realmente, a primeira coisa que fizemos foi ver se podíamos nos socorrer da garantia, mas as obras já foram feitas por aí há 2 anos. Queria dizer que já estive uma equipa da Saúde, já fez o levantamento e o mais breve possível iremos iniciar as obras, com o apoio de um parceiro. Vamos ver se conseguimos recuperar a obra, restabelecer, portanto, a regularidade no Centro de Saúde.

Em relação à viatura e ao motorista, realmente é uma situação já do nosso conhecimento. O que solicitámos à área foi a possibilidade de suportar os custos inerentes à contratação com o referido motorista. Porque sabe que nos está vedada a possibilidade de contratação a qualquer momento, mas este ano vamos, porque não é apenas em termos de motorista para aquela zona, para aquela localidade, Porto Alegre, mas mesmo para Caué precisamos mesmo. Julgo que na Segunda-feira já vamos ter um motorista, porque quem conduz a viatura dos médicos para Caué é o próprio médico.

Estamos já em vias de contratação de um motorista e também estamos a prever resolver essa situação para Porto Alegre, porque é uma preocupação nossa. Esperamos que este ano consigamos resolver.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail Espírito Santo, para uma intervenção.

O Sr. **Esmail Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Sra. Ministra, tenho duas preocupações.

Em princípio, ouvi, não sei se são relatos, mas são matérias que se debate ao nível do Distrito, no campo de Saúde, que temos na área de Saúde de Água Izé, não sei se chamo de Canta Galo, mas quero referir ao Posto de Água Izé, que foi contemplado com uma ambulância. Há relatos de que a ambulância pertence à Região Autónoma do Príncipe e, para estar dentro do contexto, gostaria de ouvir da Sra. Ministra.

Outro ponto tem a ver com a questão que eu sei que também é a preocupação da Sra. Ministra, que foi levantada aqui por um dos Srs. Deputados, na reunião plenária passada, que tem a ver com o Posto de Uba Budo Sede, cujas obras estão paradas. Que informações a Sra. Ministra pode avançar-nos com relação a isso?

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Ministra, para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Eu começaria por responder à questão que me foi colocada em relação à construção do Posto de Uba Budo Sede. Realmente, deu-se início a essas obras, mas por questões estruturais não é possível. Grande parte da obra teve de ser demolida devido as incorrecções. Portanto, por questões estruturais, está interrompida, mas prevê-se a continuação o mais breve possível dessa obra. Era

o que eu tinha feito referência sobre as questões de construção. Temos que ser o mais perfeito possível, obedecer as regras todas, de contrário, as consequências são essas. Portanto, prevê-se a continuação e a resolução desse problema.

Relativamente à ambulância que se encontra em Cantagalo/Caué, essas ambulâncias fazem parte de um conjunto de ambulâncias que chegaram ao País com o objectivo de se criar um serviço de emergência. Não são ambulâncias para transporte de pessoas, são ambulância equipadas, portanto, para prestar serviços avançados. Prevê-se a criação de um serviço de emergência. O que quero com isso dizer? Quero dizer que são 3 ambulâncias que vão ser colocadas no Norte, Centro e Sul, para dar resposta às questões mais emergentes. São ambulâncias com imobilizador, com oxigénio, portanto, tudo para suporte de vida. Infelizmente, ainda não teve início este serviço, porque exige alguma formação dos técnicos. Já há 2 anos que eles têm estado a receber formação, têm que ser pessoas especializadas, pessoas que sabem manusear os equipamentos. Exige não só formação e capacitação dos profissionais de Saúde, mas também do motorista, dos maqueiros e também prevê a capacitação dos próprios bombeiros. Tivemos alguns constrangimentos, não sei qual é o ponto da situação, mas provavelmente este mês, ou então no próximo, já vão iniciar as formações que vão ser ao nível de todos os distritos, com grande parte dos profissionais que foram seleccionados pelos delegados dos respectivos distritos, para depois começar-se a operar. A título de informação, já existe uma linha criada, 115, para São Tomé, e 116, para a Região Autónoma do Príncipe.

Portanto, é essa a informação que eu queria avançar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmaiel Espírito Santo, para uma intervenção.

O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): — Era só para acrescentar um pormenor que a Sra. Ministra não respondeu. A ambulância está no Distrito de Cantagalo emprestada, mas o seu destino é a Região Autónoma do Príncipe. Não sei isso corresponde à verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra, para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Saúde**: — Não está decidido qual é que vai ser para a Região Autónoma ou não. O que aconteceu em relação a Cantagalo é que esse Distrito tem uma ambulância que ficou avariada e então tínhamos que disponibilizar outra. Tínhamos, portanto, aquela ambulância disponível e foi o que fizemos. Disponibilizamos para socorrer, de forma condigna, os doentes que precisam de ser transferidos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra.

Srs. Deputados, não sei se há mais alguma questão.

Não havendo, vamos passar para o outro ministério.

Eram 14 horas 5 minutos.

Estavam ausentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Maria das Neves Baptista de Sousa

Vasco Gonçalves **Guiva**